



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 31/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11156/2014.

Apensos: Processos nº 10318/2013 ; 12078/2014 ; 11354/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Benjamin Constant.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sra. Iracema Maia da Silva, Prefeita do Município de Benjamin Constant.

6- Unidade Técnica: DICAD – Laudo Técnico Conclusivo nº 38/2016 (fls. 4179/4183).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 2582/2016-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 4184/4213).

8- Relatora: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Ementa: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Benjamin Constant.
Exercício de 2013.

*Emissão de Parecer Prévio. Aprovação das
Contas com Ressalvas.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c.c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional n. 15/1995, artigo 18, I, da Lei Complementar n. 6/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei n. 2423/1996, artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 4/2002-RITCE, e artigo 3º, III da Resolução nº. 09/1997, recomendando ao Poder Legislativo do Município de Benjamin Constant, **APROVAR COM RESSALVAS**, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade da Senhora **Iracema Maia da Silva**, Prefeita Municipal, à época, na qualidade de Agente Político.

10- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 07 de junho de 2016.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

PARECER PRÉVIO Nº 31/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 31/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 11156/2014.

Apensos: Processos nº 10318/2013 ; 12078/2014 ; 11354/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Benjamin Constant.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sra. Iracema Maia da Silva, Prefeita do Município de Benjamin Constant.

6- Unidade Técnica: DICAD – Laudo Técnico Conclusivo nº 38/2016 (fls. 4179/4183).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 2582/2016-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 4184/4213).

8- Relatora: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Benjamin Constant. Exercício de 2013.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Prazo. Quitação. Determinação à SEPLENO. Notificação à Interessada. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Exma. Sra. Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas, nos termos do artigo 18, inciso II da Lei Complementar n.º 6/1991 e artigos 1º, inciso II, 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 188, § 1º, inciso II, da Resolução TC nº. 04/2002 - RITCE, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade da Senhora **Iracema Maia da Silva**, Prefeita do Município de Benjamin Constant e Ordenadora de Despesa, à época;

9.2- Na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, **aplicar** à Senhora **Iracema Maia da Silva**, as seguintes **multas**:

9.2.1- R\$ 5.480,15 (cinco mil, quatrocentos e oitenta reais e quinze centavos), na forma prevista no artigo 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – Regimento Interno, redação dada pelo artigo 2º, Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelo descumprimento dos artigos 1º e 3º, da Resolução nº. 06/2000; isto é, remessa extemporânea, a esta Corte de Contas, dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, previstos no §3º do artigo 165 da CR/1988, correspondente a R\$ 1.096,03, por cada bimestre (1º; 2º; 3º; 4º e 5º) de competência em que foi inobservado o prazo legal;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 31/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

9.2.2- R\$ 8.768,24 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos), na forma prevista no artigo 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, alterada pela Resolução nº. 25/2012, correspondente a R\$ 1.096,03, por mês de competência (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, novembro e dezembro do exercício de 2013), relativo aos dados e demonstrativos contábeis ACP/Captura, remetidos ao Tribunal de Contas, fora do prazo fixado no artigo 4.º da Resolução nº. 10/2012– TCE/AM;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do Regimento Interno) para que a Senhora **Iracema Maia da Silva**, Prefeita do Município de Benjamin Constant e Ordenadora de Despesa, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual os valores das multas ora aplicadas, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei n. 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução TC nº. 04/2002-RITCE;

9.4- Dar quitação à Senhora **Iracema Maia da Silva**, Prefeita do Município de Benjamin Constant e Ordenadora de Despesa, à época, nos termos dos artigos 24 e 76 da Lei nº. 2423/1996, c/c os artigos 178 e 189, inciso II, ambos da Resolução nº. 4/2002;

9.5- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.5.1- Encaminhe à atual Administração daquele Município, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

9.5.2- Notifique a Senhora **IRACEMA MAIA DA SILVA**, Prefeita do Município de Benjamin Constant e Ordenadora de Despesa, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso

9.5.3- Arquive os seguintes processos que já foram julgados e que também já foram objeto de análise na prestação de contas em questão:

- Processo 10318/2013 – Representação formulada pelo Ministério Público de Contas, contra a Senhora Iracema Maia Silva, Prefeita Municipal de Benjamin Constant, por descumprimento à LC 131/2009 (DECISÃO Nº. 30/2014 – TRIBUNAL PLENO);
- Processo 12078/2014 – Relatório da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, em relação ao prazo de envio ao GEFIS dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (Processo originário nº. 2515/2014);
- Processo 11354/2014 – Denúncia formulada pela vereadora da Câmara Municipal de Benjamin Constant, Senhora Maria da Conceição Nogueira da Silva, sugerindo auditoria para a apuração de possíveis irregularidades na organização e funcionamento da educação daquele município (DECISÃO Nº. 61/2015 – TRIBUNAL PLENO);

9.6- Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adotar as providências do artigo 162, §1º, do RITCE



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 31/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

10- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 07 de junho de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral